

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro de 2018



CNM NÃO PARA DURANTE RECESSO BRANCO

Palavra do presidente

O cotidiano de ação da Confederação Nacional de Municípios (CNM) não é composto apenas por negociações e pleitos com os demais Entes da Federação ou com os poderes Executivo e Legislativo. Parte das reivindicações do Movimento Municipalista depende de demandas judiciais que percorrem as cortes pelo país e muitas vezes terminam no Supremo Tribunal Federal (STF). Mantemos uma relação respeitosa e produtiva com os ministros da mais alta corte do país, mas não podemos deixar de mencionar aquilo que consideramos uma injustiça a ser reparada.

Lutamos para que os Municípios possam apresentar diretamente as suas demandas no STF, equiparando-se aos demais Entes que já usufruem desse direito. Por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e por uma ação que tramita junto ao próprio STF, a entidade advoga a possibilidade de entrar com Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), o que, no nosso entender, seria justo diante da equiparação dos Entes prevista no art. 18 da Constituição Federal.

Conquistar a prerrogativa de demandar diretamente no STF seria uma vitória, muito embora a inexistência de legitimidade constitucional não tenha impedido, até aqui, a CNM de lutar na corte suprema em questões de interesse dos Municípios. Na condição de *amicus curiae*, defendemos os pleitos municipais nos processos que redesenham a ordem jurídica do país, sobretudo aqueles que incidem sobre receitas e responsabilidades das cidades. Nossa entidade tem se mantido vigilante, fazendo o Poder Judiciário

entender, de forma muito respeitosa, que o Ente local é um canal privilegiado para atender aos anseios das populações.

Há temas extremamente relevantes em pauta no STF, que nos exigem uma atuação institucional permanente. São ações, por exemplo, referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), ao Imposto Sobre Serviços (ISS) e ao Imposto de Renda retido na fonte de terceiros (IRRF), como explicado nesta edição do nosso boletim. A esses temas se soma a luta pela validação da lei que instituiu uma melhor distribuição dos *royalties* do petróleo, que aguarda decisão há cinco anos, travada por uma medida monocrática que certamente não avaliou os incalculáveis prejuízos que vêm sendo causados aos Municípios brasileiros e à população como um todo, já que são recursos que supririam deficiências muito sérias nas políticas públicas e na infraestrutura dos Entes locais. Por isso, uma das diretrizes da atual gestão é manter um canal de diálogo rico e valorizado com todas as instâncias judiciais do país, defendendo de forma técnica e convincente as melhores soluções para os governos municipais.



Glademir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM



 Entrevista

Fundadora do MMM celebra conquistas das mulheres na política

As mulheres são 51,5% da população brasileira, mas sua representatividade na política não chega perto dessa proporção. Na atual legislatura, elas ocupam apenas 13% das cadeiras do Senado e menos de 10% da Câmara dos Deputados. Para se ter uma ideia, até dezembro de 2015, 55 anos após a construção do Congresso Nacional, ainda não havia banheiro feminino no plenário do Senado. Desde que foram eleitas a primeira deputada federal (Carlota Pereira de Queiroz, em 1934) e a primeira senadora (Eunice Michilis, em 1979), a quebra de preconceitos e de estereótipos, a aceitação e o incentivo para que elas assumissem cargos políticos e eletivos têm sido construídos em um processo lento, mas que avança.

A boa notícia é que, nessas eleições, foi dado mais um passo para alcançar representatividade de gênero mais justa. No Senado, as sete senadoras eleitas mantêm a proporção de 13% do quadro, mas, na Câmara, o número de deputadas eleitas passou de 51, em 2014, para 77, o que corresponde a um aumento de 51%. A nova composição conta, portanto, com 15% de representantes do sexo feminino. E, nas assembleias estaduais, as mulheres são 15% das deputadas eleitas – ao todo, serão 161, um aumento de 35% em relação a 2014. Na CNM, o primeiro movimento municipalista de mulheres e apartidário

rio também caminha para essa mudança. Para contar sobre a criação do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) e as contribuições à articulação institucional e política da Confederação, a fundadora Tânia Ziulkoski é a entrevistada da edição deste mês.

Ao lado do ex-presidente Paulo Ziulkoski, a senhora acompanhou a consolidação do movimento municipalista na política nacional. Como a senhora percebe a participação das mulheres nesse processo, que culminou com o MMM?

Tânia Ziulkoski – Faltava realmente alguma coisa que levasse a criar dentro da CNM um movimento só de mulheres. Desde 1978 e em 21 anos aqui (na CNM), ao longo deste tempo, prefeitas, gestoras e presidentes de associações passaram por aqui, mas a participação da mulher era pequena e não era efetiva. Sentíamos a necessidade de ter um movimento sólido, voltado para as mulheres, e isso a CNM nos proporcionou. Tivemos todo o incentivo para criar um movimento apartidário e de mulheres. No último dia da *XX Marcha*, houve a fundação do MMM. Não é só uma questão de gênero, nosso compromisso, que definimos junto com a Dalva Christoforetti, municipalista há 60 anos e que participou da fundação da CNM, é discutir a pauta, tudo que interessa aos Municípios.

O MMM foi uma grande conquista para as gestoras. O que se pode destacar neste um ano e meio de trabalho?

Tânia Ziulkoski – Participamos da Comissão da Mulher, encontro com a bancada feminina do Congresso, lançamos o *He for She* dentro da Marcha, dois anos antes de lançar o MMM. Inclusive com reconhecimento da representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman. Tivemos as campanhas, como a do Outubro Rosa e a dos 16 dias de ativismo contra o assédio no local de trabalho. Participamos, com as nossas prefeitas, de eventos nacionais e internacionais. Estivemos com a Federação Argentina de Municípios em Miami na primeira reunião Latino-Americana de Gênero na Universidade da Flórida e com a Flacma (Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales) na *XII Cumbre Hemisférica de Alcaldes y Gobiernos Locales*, no Uruguai, onde apresentamos painel com o estudo da quantidade de prefeitas por região, que elas acha-

ram muito interessante. Publicamos o estudo do mapeamento étnico e racial de prefeitas e vereadoras. Nosso movimento é composto por uma prefeita representante de cada associação estadual do país, ou seja, são 27. Como não pudemos ir a todos os eventos, elas nos representam, no Brasil e lá fora.

Qual a importância de o Movimento conseguir uma cadeira no Conselho Político da entidade?

Tânia Ziulkoski – Para nós, essa é a parte mais importante, é a consolidação e o reconhecimento do MMM dentro da CNM, a maior entidade municipalista do mundo. Temos 649 prefeitas e, ao fazer parte do Conselho Político, iniciamos nossas atividades no topo, legitimadas e com responsabilidade grande, uma vez que somos um braço da Confederação e estamos dentro do Conselho, onde são tomadas as decisões políticas e os rumos do movimento.

Quais os próximos passos para o MMM (ações e projetos), em nível municipal e federal?

Tânia Ziulkoski – Pretendemos, no ano que vem, manter o nosso painel da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que neste ano foi um sucesso e teve a participação não só de mulheres como de homens. Foi importantíssimo para nós, porque vimos a aceitação do movimento, a legitimidade e o reconhecimento. Além disso, haverá o lançamento, com o Instituto Alziras, da pesquisa com todas as prefeitas do Brasil eleitas para o período de 2017 a 2020, que vai mostrar um retrato dessas mulheres, suas trajetórias e ambições políticas, suas prioridades de gestão, desafios enfrentados e aspirações futuras. E nosso objetivo maior é fazer com que o MMM não seja só de prefeitas, mas trazer toda a gestão municipal, que tenha prefeitos, secretários e secretárias, vereadores e vereadoras, para as pessoas participarem conosco, dentro da Confederação Nacional de Municípios.

Que mensagem gostaria de deixar para as novas representantes eleitas que vão assumir os cargos no Legislativo?

Tânia Ziulkoski – Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizar as parlamentares eleitas neste pleito de 2018, deputadas federais, estaduais e senadoras e pedir para elas virem conhecer a CNM e o Movimento de Mulheres Municipalistas. Para nós, da CNM e do MMM, é muito importante a participação delas para levar os anseios dos nossos prefeitos e prefeitas e das nossas vereadoras para a política brasileira.



Jurídico

CNM comemora os 30 anos da Constituição Federal

“Estamos comemorando 30 da nossa Constituição, que elevou o Município à condição de Ente federado”, lembrou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Gladmír Aroldi, em vídeo divulgado dia 5 de outubro, quando a Carta Magna completou seu trigésimo ano de promulgação. No âmbito municipalista, as comemorações enaltecem o texto que foi um divisor de águas para os governos locais e estabeleceu os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário independentes e harmônicos.

A inovação mais importante da Constituição Cidadã, segundo a consultora jurídica da CNM Elena Garrido, foi o Ente Município passar a integrar a estrutura federativa do Estado. “Isso é único no mundo. O Brasil saiu do modelo dual e criou um novo modelo”, comunica a especialista. Ela explica ainda que a Constituição instituiu a autonomia do Município, “estendendo a ele a possibilidade de se organizar administrativa, política e financeiramente”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF) também trouxe o primeiro aumento nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM): o elevou de 10% para 20% do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI). Nesse aspecto, outros avanços foram conquistados: dentre as mais de cem emendas incluídas no texto constitucional, a 55/2007 e a 84/2014 aumentaram o fundo em mais 1% do IR e IPI, cada uma delas.

As duas emendas elevaram o FPM para 22% dos dois impostos, e são resultado da luta e do engajamento municipalista. Com elas, somaram-se às transferências mensais outros dois repasses adicionais, um em julho e outro em dezembro. Contudo, o presidente da CNM e a jurista enfatizam que os recursos não são suficientes, pois o

governo federal também aumentou a quantidade de programas federais, com execução de responsabilidade dos Municípios, sem repassar a verba e sem financiar corretamente esses programas.

“A Constituição estabeleceu um rol de atribuições às prefeituras, mas não previu contrapartidas. Ou seja, não tem dinheiro para tudo”, salienta Aroldi. Diante desse entendimento, o presidente da CNM evidencia que é preciso avançar, consideravelmente, para regulamentar o modelo Federativo brasileiro cooperativo. “Precisamos regulamentar, especialmente, o art. 23, parágrafo único, que é o pacto federativo, a relação federativa. Nós entendemos que vivemos em um país que tem um sistema federativo adequado, mas um modelo que está ultrapassado, e não responde mais a necessidades da população brasileira”, aponta o líder municipalista.

Aroldi lembra, também, que “os Municípios não estão suportando mais atender às demandas da população, até mesmo nos programas básicos. Não é possível que continue essa centralização de recursos no governo central”. Um exemplo claro disso é o caso da saúde, em que os governos locais investem mais que os 15% do orçamento, determinado pela Constituição. “Na média, hoje em dia, os Municípios estão gastando 24% do seu orçamento em saúde”, informa o líder municipalista.

Para Elena, a regulamentação do texto constitucional, que deveria garantir a totalidade da autonomia municipal, em parte, não foi feita até hoje. Por isso, justamente nas questões sociais e de competência comum, os Municípios acabaram assumindo responsabilidades excedentes, desde que a Constituição foi promulgada.

Ao comemorar os avanços obtidos nos últimos 30 anos, muitos deles promovidos pela forte

e intensa atuação no movimento municipalista nacional, a CNM já tem se preparado para propor alterações significativas no pacto federativo. “Esse é um trabalho que a CNM pretende levar ao novo presidente da República, para estabelecer as competências de cada Ente Federado com mais clareza”, explicou a jurista.

DIREITOS IGUALITÁRIOS

A Constituição de 1988 também foi um marco na defesa de direitos igualitários. A atuação feminina garantiu o conjunto de reivindicações, como inclusão dos direitos humanos para as mulheres. As reivindicações foram apresentadas por meio da **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes**. Dentre elas, a demanda que originou o art. 5º da CF. “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Os avanços trazidos pelo texto constitucional também foram comemorados pelo **Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM)** da Confederação, com a lembrança de que 71 mulheres foram eleitas como prefeitas, após a promulgação da **Carta Magna**. No mesmo engajamento das mulheres, mencionado acima, o movimento das municipalistas tem buscado novos marcos históricos e tem incentivado a participação da mulher na política.



O fenômeno do consorciamento público no Brasil: fatores condicionantes

No formato de uma Federação que compartilha competências, como é o caso do Brasil, o inter-relacionamento federativo é essencial e, em determinadas situações, a única maneira de avançar em políticas públicas estruturais.

É nesse contexto que os consórcios públicos, figura jurídica autônoma prevista na Constituição Federal como alternativa para a gestão associada de serviços públicos, ganha destaque.

Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontou que, dos 5.568 Municípios brasileiros, 4.081 participam de pelo menos um dos 491 consórcios públicos identificados no Brasil, cerca de 73%. Desse número, mais da metade (2.218 Municípios) participa simultaneamente de mais de um consórcio.

A maior concentração de Municípios consorciados está nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a região Norte apresenta o menor número:

	Número de Municípios consorciados	Percentual da região
Norte	152	34%
Nordeste	943	53%
Sudeste	1.521	91%
Sul	1.117	94%
Centro-Oeste	348	75%

Considerando os Estados individualmente, Paraná, Minas Gerais e Rondônia são os que apresentam o maior número de Municípios consorciados, com percentuais de 99,7%, 98,1% e 96,2%, respectivamente.

No que concerne à participação do Estado como Ente consorciado, a pesquisa identificou apenas 10 consórcios em que este Ente federativo assinou e ratificou o protocolo de intenções (Bahia, 1 consórcio – área de saúde; Ceará, 8 consórcios – área de saúde; e Espírito Santo 1 consórcio – gestão de resíduos sólidos). Já na condição de consorciada, a União não participa de nenhum consórcio. Esse reduzido número indica o baixo grau de comprometimento dos Estados (e até mesmo da União) em apoiar formalmente os Municípios, especialmente, no que diz respeito às políticas públicas que dependem da atuação concorrente dos Entes federativos.

Em relação à área de atuação, 275 consórcios indicaram ser finalitários, ou seja, atuam em uma única área, enquanto 213 se disseram multifinalitários (duas ou mais áreas) e 3 não responderam. Daqueles que se disseram finalitários, 118 consórcios atuam na saúde, 20 em infraestrutura, 12 em meio ambiente, 12 em resíduos sólidos e 7 em turismo. Considerando os finalitários e os multifinalitários, os destaques ficaram para saúde (274 consórcios), meio ambiente (172), resíduos sólidos (139), infraestrutura (119), saneamento – água (94).

Esse panorama geral demonstra que o consorciamento público no Brasil empreende uma profunda transformação do ambiente federativo, cuja tendência é expandir ainda mais para consolidar uma nova forma de a administração pública gerir políticas públicas sensíveis, tais como saúde e saneamento público.

Mas que fatores explicariam essa crescente institucionalização de novas pessoas jurídicas no cenário federativo brasileiro?

Ousa-se apontar, em caráter não exaustivo, três hipóteses que condicionaram, ou ao menos influenciaram, esse fenômeno:

- ▶ descentralização político-fiscal-administrativa consolidada na Constituição Federal de 1988;
- ▶ fragmentação territorial ocorrida em meados da década de 1990;
- ▶ proximidade geográfica.

Foi a partir da Constituição de 1988 que o Município foi alçado à categoria de Ente federativo autônomo, *status* que proporcionou a assunção de diversas competências. Desse modo, a intensa proliferação de consórcios públicos encontra seu primeiro nexo causal no próprio contorno federativo descentralizado, eis que a autonomia política para gerir suas competências é fator primário na decisão de um Município consorciar-se.

Os dados da CNM demonstram, por exemplo, que na década de 1990, ou seja, muito antes da promulgação da Lei 11.107/2005, que regulamentou os consórcios, foram criados 129 consórcios administrativos majoritariamente na área de saúde. Essa proliferação de arranjos associativos coincide com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da absorção da gestão da atenção básica pelos Municípios.

O segundo fator diz respeito à intensa fragmentação territorial. A emancipação municipal foi recorrente ao longo da construção do federalismo brasileiro. Levantamentos do IBGE apontam que entre 1985 e 2000 foram instalados 1.405 Municípios no país, o que equivale a 34,3% das atuais prefeituras. Desse universo, 94,5% são Municípios com menos de 20.000 habitantes e se concentram em áreas pouco urbanizadas e carentes de planejamento ordenado pelos níveis de governo mais abrangentes (TOMIO, 2005). Aliado a esse cenário, a assunção progressiva de competências aconteceu em proporção inversa da arrecadação compartilhada e própria, conforme amplamente denunciado pela CNM.

Verifica-se, assim, que a falta de escala ocasionada pela fragmentação territorial, conjugada com o desbalanço da repartição de receitas, influenciou que Municípios se associassem por meio de consórcios públicos a fim de reduzir custos e tornar viável a execução de determinadas políticas.

Essa hipótese se confirma na medida em que o levantamento da CNM apurou que 3.544 Municípios consorciados possuem menos de 50 mil habitantes, enquanto apenas 425 possuem entre 50.000 a 299.999 habitantes e 57 Municípios contam com população acima de 300.000.

Por fim, o terceiro fator leva em consideração a proximidade geográfica entre os consorciados. Conforme apontado no início deste ensaio, as regiões com o maior adensamento de Municípios apresentam expressivo percentual de arranjos, enquanto a região Norte, em que as distâncias territoriais são significativas, apresentam o menor percentual.

As experiências demonstram que a proximidade favorece a construção de vivência e consenso em relação aos desafios enfrentados. Além disso, determinados serviços públicos não se viabilizam técnica e economicamente quando não há proximidade entre os Municípios, mas há exceções.

¹ Período de pesquisa – 2015 a 2017.

Governança

Seminário internacional debate custos de governança e auditoria

Os desafios para a governança pública no Brasil são complexos. Por esse motivo, a CNM e a Universidade de Brasília promoveram o **II Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria no Setor Público** para debater o sistema de gestão e governança pública baseado em custos, ações interfederativas, fomento de boas práticas municipais e as inovações nos campos de gestão que proporcionem a governança e um melhor controle e transparência das iniciativas do setor público.

Destaca-se que Governança é o primeiro item da carta Compromisso com o Brasil assinado pelos então candidatos à presidência durante a *XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio deste ano. O tema vem sendo debatido pela CNM por meio de eventos e reuniões.

Para contribuir com o debate, participaram do evento representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Caixa Econômica Federal, Observatório Social de Brasília, Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), Banco do Brasil, Instituto Rui Barbosa, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras (Forproex), Casa Civil da Presidência da República.

O diretor-executivo da CNM, Gustavo Cezário, representou a entidade na abertura do evento e afirmou que “a governança é a porta de entrada para a transparência e a boa gestão”. Já a representante da UnB, a decana de pós-graduação e pesquisa, Helena Shimizu, disse que a Universidade entende a necessidade de se debater o assunto para a melhoria da qualidade da gestão municipal. “Para que a gente tenha um serviço de qualidade na ponta é preciso melhorar os processos. Por isso, acho que a parceria da UnB aqui é para aprimorar essa entrega que fazemos à população brasileira”, explicou a decana.

O secretário-executivo do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), José de Carvalho, lembrou que “a administração precisa se reinventar, se rediscutir. A sociedade espera por isso”. Na mesma linha, o secretário de Controle Interno da CGU, Antônio Leonel, destacou: “A questão dos custos é melhorar a tomada de decisão da administração local”.

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio

Nogueira, lembrou que “os tribunais de contas do Brasil são órgãos que têm expertises para orientar aqueles que têm o papel de comandar esse país”. Além de destacar a importância do diálogo entre os órgãos e os Entes locais, o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald dos Santos, afirmou que “está cada vez mais claro que governança e controle são ferramentas para a tomada de decisão”.



Desafios

Um dos grandes desafios na gestão pública está em promover melhorias nas informações apresentadas para a sociedade e para os tomadores de decisão, ou seja, o gestor municipal.

Na área de Saúde, por exemplo, o papel dos Municípios na articulação interfederativa é fundamental. São esses Entes que identificam as melhores práticas como vetor de disseminação de oferta de serviços de saúde para a população brasileira. “A apuração e o controle de custos nas secretarias estaduais de saúde – por exemplo, 85% delas – estão em fase inicial de governança. Nos Municípios, pode até haver uma equipe de heróis que podem manter tudo isso no controle. Mas esse percentual mostra a necessidade do desenvolvimento de sistemas para esse controle”, relevou o secretário do TCU, Marcelo Barbosa.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira, foi além. “A saúde traz a racionalidade nos processos de governança. Não para atender o TCU, mas para atender o cidadão. Preencher um formulário não pode ser mais importante que aten-



der a uma demanda de saúde de alguém”, acredita. “Nós estamos falando de vidas, de salvação, quando falamos de saúde. Por isso, precisamos ter cuidado quando falamos de ‘eficiência’. Essa palavra precisa estar associada a outras”, complementou Ferreira.

Representando a Casa Civil, Adriano de Souza trouxe exemplos concretos na área da saúde e detalhou o modelo adotado pelo Executivo Federal, que instituiu o Comitê Interministerial de Governança. “A avaliação, o monitoramento e o direcionamento de políticas públicas precisam estar estruturados. E mais, se ficar enxergando só resultado, você terá muitos indicadores, mas não serão suficientes; é preciso saber como está o processo”, alertou.

Controle social

O professor da UnB Marilson Dantas questionou: “Nosso desafio é como conseguimos melhorar esse processo de controle social. O que falta para que nós possamos acelerar esse trabalho a fim de que outras intuições possam fazer parte desse projeto”. “Todos os organismos precisam enxergar a sociedade civil como um Ente, como parte desse todo”, respondeu o suplente do Observatório Social de Brasília, Onésimo Stafuza.

Boas práticas

A professora de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB) Magda de Lima Lúcio questionou como fazer chegar as boas práticas até os cidadãos. Jovita Rosa destacou que projetos de lei que priorizem essa divulgação em lugares públicos seria uma alternativa. “A gente precisa mostrar o Brasil que dá certo”, destaca.

 Institucional

Gestão ética e transparente em defesa dos Municípios

São quase quatro décadas de atuação em prol das causas de interesse dos 5.568 Municípios brasileiros. Além do trabalho voltado à consolidação do movimento municipalista e das conquistas que fortalecem a autonomia municipal – que ultrapassam R\$ 650 bilhões –, a Confederação Nacional de Municípios é reconhecida pela gestão ética e transparente na relação com seus diversos públicos.

Diante dessa trajetória, a entidade foi vencedora do Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e Privado, na categoria Relações Institucionais e Governança (RIG) na Sociedade Civil Organizada. Promovida pela Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), a premiação foi entregue no dia 25 de setembro, no Panteão da Pátria Tancredo Neves, em Brasília. O tema desta primeira edição foi “Ética e Transparência entre o Público e o Privado”.

O troféu e a menção honrosa pelo primeiro lugar foram recebidos pelo presidente da entidade municipalista, Glademir Aroldi. Aroldi destacou que o Prêmio Marco Maciel é mais uma conquista. “Esse é um importante reconhecimento do trabalho pela excelência na gestão e na melhoria da qualidade de vida da população brasileira”. Ele foi acompanhado do diretor-executivo, Gustavo Cezário

Em sua fala, ele enalteceu a atuação de Marco Maciel. “Ele representa muita ética e muita transparência. E é isso o que o Brasil está precisando para que a gente possa efetivamente construir um país melhor para todos os brasileiros”,



disse. Ele também parabenizou a iniciativa da Abrig por premiar a ética e a transparência na relação público-privada, de enorme importância para a Federação brasileira.

“Em nome do movimento municipalista brasileiro, de todos os prefeitos e prefeitas, que praticam a ética e transparência, nós agradecemos o reconhecimento ao nosso movimento”, comemorou Aroldi. Ele também destacou o legado deixado pelo ex-presidente Paulo Ziulkoski. “Reconhecer também o trabalho dos nossos colaboradores, da nossa diretoria e da diretoria do (ex) presidente Paulo Ziulkoski, que foram os construtores desta Confederação, que pratica ética e transparência”, complementou.

O ex-ministro de Transparência, Fiscalização e CGU, e atual ministro da Justiça, Torquato Jardim, apontou que a ética e a transparência

são valores fundamentais em toda a administração pública e privada. “Particularmente na administração pública, que tem capilaridade última na cidadania, está toda a responsabilidade de prefeitos, vereadores e secretários municipais. É onde mais se sente a presença do poder público. A grande democracia se faz no Município”, lembrou o ministro ao comentar a premiação da CNM.

O presidente da Abrig, Guilherme Cunha, falou sobre a necessidade de o Prêmio reconhecer as boas iniciativas da sociedade em um diálogo ético e transparente com o setor público. “A CNM e o presidente Aroldi têm feito um trabalho belíssimo, inclusive recebendo o primeiro lugar em uma das categorias. Que os Municípios continuem sendo esse importante vetor de desenvolvimento do nosso país”, conclamou.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO INTERNA

- Assembleia-geral realizada durante a Marcha a Brasília
- Conselho Político formado por presidentes de 28 entidades estaduais e pelo Movimento de Mulheres Municipalistas
- Processo eleitoral aberto e participativo a cada três anos
- Auditoria externa sobre contas da entidade
- Processo de seleção de pessoal transparente
- Fortalecimento das relações institucionais e governamentais
- Autonomia financeira
- Acesso aos Municípios filiados dos balanços, do estatuto, dos editais de compras e contratações e dos resultados de tais editais

ESTÍMULO À GESTÃO TRANSPARENTE

- Luta no Congresso pela aprovação de Leis que visem à transparência na gestão
- Parceria com o TCU para estabelecer uma política pública de governança
- Parceria com o Ministério do Planejamento para orientar gestores sobre o Portal de Convênios
- Ferramentas de apoio à gestão para os Municípios acompanharem as transferências federais
- Campanhas de sensibilização dos gestores para incentivar o diálogo com o cidadão



Recesso branco não p

Ano de eleições gerais no Brasil é bem parecido com aquele espaço de tempo entre as festas de fim de ano e o carnaval. Os setores que desenvolvem qualquer tipo de interlocução com os governos estaduais, federal e o Congresso Nacional sentem o país “parar” durante os 45 dias do período eleitoral. É o tal do “recesso branco”. Sem contar aquela velha história de governante que está saindo deixar determinados temas para o sucessor resolver.

Mas, para a CNM, o recesso branco não pegou. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, com apoio dos prefeitos de todo o país, conseguiu empreender uma série de agendas que fizeram a pauta municipalista avançar nesse período. A agenda foi intensa. Por isso, o *Boletim CNM* vai fazer um panorama com os principais destaques do período.



Ainda no começo de agosto, no dia 8, prefeitos e presidentes de entidades estaduais foram a Brasília para reivindicar a aprovação de pautas. À época, o presidente da República, Michel Temer, recebeu a comitiva da CNM para tratar das prioridades dos Municípios. No dia seguinte, o ministro-chefe da secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, recebeu representantes da CNM, que foram entregar um estudo sobre os impactos financeiros aos Municípios da Medida Provisória 827/2018.

Aroldi reforçou ao ministro que a entidade reconhece a importância dos ACS e ACE na estruturação e na organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, ressaltou que “o impacto financeiro aos Municípios passará de R\$ 4,8 bilhões até 2021”.



CENSO 2020

Já em 10 de agosto, a reunião foi com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo foi assinar um termo de compromisso entre as duas instituições para melhorar o cadastro de endereços com o propósito de aprimorar a base de informações para a realização do Censo Demográfico de 2020.

Um importante passo para a aproximação institucional entre a CNM e o IBGE foi dado no dia 9 de outubro, quando o presidente Aroldi esteve reunido com o presidente do Instituto, Roberto Olinto Ramos, na sede do Rio de Janeiro (RJ).

Outras reuniões com o IBGE já culminaram em um evento de *capacitação técnica em ferramentas digitais do IBGE* voltado para gestores municipais. O evento foi em 29 de outubro e já rendeu frutos no debate sobre o Censo 2020. A iniciativa visa auxiliar, principalmente, os Entes locais.



CASA CIVIL

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, esteve com assessores técnicos da Casa Civil, no dia 13 de agosto, para tratar de reivindicações da Previdência, do Meio Ambiente e Precatórios.

Na Previdência, Aroldi reforçou o pedido municipalista da instalação do comitê do Encontro de Contas, uma linha de crédito para financiar a dívida que os Municípios têm com os precatórios e o decreto que trata do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para estender o prazo para o pagamento do passivo, retirando a cobrança de PIS/Pasep sobre os fundos.

Em relação ao Meio Ambiente, a pauta foi a Medida Provisória (MP) 844/2018, que altera o marco legal do setor de Saneamento Básico. Na oportunidade, Aroldi reiterou o posicionamento da CNM e o espaço para o diálogo.

Já em 26 de setembro, o presidente Aroldi foi recebido pelo subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo, Aldemir Silva Almeida, e pela subchefe de Assuntos Parlamentares, Mariangela Fialek. Voltaram à pauta o Encontro de Contas, os Regimes Próprios de Previdência Social, os precatórios e o acesso a linhas de crédito estabelecidas pela Emenda Constitucional 29.

Parou atividades



TRIBUNAIS DE CONTAS

Temas sensíveis e indispensáveis à gestão local, como o limite de gastos com pessoal, a transparência e a governança, exigem alinhamento dos representantes municipais com órgãos e os responsáveis pelo controle e fiscalização do serviço público. Para isso, a CNM tem se aproximado da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), entidade que também preza pela interlocução dos conselheiros com os Entes federados.

A realização do *II Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria no Serviço Público* pela CNM foi a oportunidade de estreitar esses laços institucionais e buscar uma pauta em comum.



CONTAS

Em reunião com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, no dia 13 de setembro, o presidente da CNM reforçou o pedido de providências relativas à utilização dos recursos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A CNM solicitou a manutenção de duas decisões proferidas pelo TCU em relação aos acórdãos 1.8024/2017 e 1.962/2017. Elas tratam da utilização dos recursos a serem pagos pela União, a título de precatórios, resultantes de ações que buscaram o ressarcimento de verbas não pagas corretamente na vigência do Fundef. O presidente do TCU demonstrou ser favorável a essa manutenção.

PROINFÂNCIA

A busca por alternativas que possam auxiliar os gestores a resolverem questões referentes ao volume de obras inacabadas também esteve na pauta com o TCU.

Aroldi pediu ao presidente do Tribunal para avaliar a situação desses Municípios, pois tem se tornado insustentável. Atualmente, 394 cidades possuem obras de creches do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) classificadas como inacabadas.

O presidente do TCU reiterou que o diálogo está aberto, e a CNM vai apresentar encaminhamentos no sentido de encontrar uma solução viável para os Municípios.



JUDICIÁRIO

A troca da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em setembro, trouxe mudanças no trâmite das ações em análise na Corte que impactam os Entes municipais. Para garantir que os pleitos sejam julgados pelos ministros com celeridade, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, esteve no gabinete do presidente Dias Toffoli no dia 3 de outubro.

Ao juiz auxiliar da presidência Márcio Boscaro, o líder municipalista tratou das três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que buscam desconcentrar receitas, promover justiça fiscal e reconhecer e aperfeiçoar o pacto federativo. São elas: a ADI 4.917, que trata dos critérios de distribuição entre os Municípios dos recursos oriundos da exploração do petróleo; a ADI 4.801, que legitima a CNM a propor ADI e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo; e a ADI 5.835, sobre o local de incidência de tributação do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Diante dos pleitos, Aroldi solicitou uma audiência com o presidente Dias Toffoli para tratar dos *royalties*. "Gostaríamos de ver a possibilidade de o ministro receber a diretoria e os presidentes das estaduais durante a mobilização, que vai acontecer em 19 e 20 de novembro. Os prefeitos estão coletando assinaturas de todo o país e seria muito importante o presidente receber o movimento municipalista nesses dias que eles estarão em Brasília", ressaltou.

PÓS ELEIÇÕES

A agenda de encontros municipalistas continua. Com o fim do período eleitoral, a normalização das atividades políticas em Brasília deve possibilitar mais avanços na pauta prioritária municipalista junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, além dos tribunais de contas estaduais e federal.

DECISÕES DO STF PODEM FAZER

Possibilitar que os 5.568 Municípios brasileiros defendam os interesses de seus gestores e da população frente ao Poder Executivo federal, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, concentrados em Brasília e tão distantes da realidade local, é um desafio para a CNM. Com os representantes dos ministérios, da Presidência e do Congresso Nacional, as reuniões e os eventos para debater os temas de interesse acontecem de maneira mais próxima e facilitada. No Supremo Tribunal Federal (STF), porém, além da agenda dos ministros ser mais restrita, os Entes municipais ainda não têm a **legitimidade** para questionar decisões, como a União e os Estados têm.

Mesmo com essa restrição, considerada uma arbitrariedade e contradição ao que foi estabelecido pelo pacto federativo, a Confederação tem buscado, como *amicus curiae* – termo que significa amigo da corte – levar os pleitos municipais e atuar nos processos que definem o ordenamento jurídico do país. Entre os temas que estão exigindo articulação do movimento, estão o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita dos Entes locais; o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que reflete diretamente no FPM; e o Imposto Sobre Serviços (ISS), cujo recolhimento vem concentrando receitas há anos. Conquista recente foi a garantia de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em operações de compra de bens e contratação de servi-

ços. Desde 2016, a CNM lutava pela revisão da norma da Receita Federal, e, no dia 25 de outubro, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu a favor dos Municípios.

A CNM busca, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 253/2016, que tramita no Congresso Nacional, e por uma ação no próprio STF, que entidade de âmbito nacional de representação de Municípios possa ingressar com Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) e Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) no STF. Se aprovada a matéria ou julgada a ADI 4.801, o movimento municipalista terá alcançado mais uma grande conquista, maior representatividade pelo controle concentrado de constitucionalidade perante os tribunais superiores.

Há ainda os *royalties*, para os quais a CNM realizou diversas mobilizações nestes cinco anos da decisão monocrática que suspendeu a distribuição mais justa entre todos os Entes do país (leia mais na página 11). Agora, sob nova presidência do ministro Dias Toffi, que entrou no lugar da ministra Cármen Lúcia, aumentam as expectativas para o julgamento dessa e de outras ações. Em um cenário de crise, em que os Municípios são os primeiros a sentir os efeitos da retração da atividade econômica, as divergências entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário parecem se acirrar, deixando os gestores à margem das decisões.

“Quando o STF conclui um julgamento em nosso favor, o Congresso não cumpre. Foi o caso da Lei Kandir. Quando o presidente, após muito diálogo, decide a favor da gente, o Congresso não aprova ou derruba o veto, o que aconteceu com os agentes comunitários. E, quando o Congresso e o presidente aprovam projeto em prol dos Municípios, questionam, e o STF suspende”, critica o presidente da CNM, Glademir Aroldi. Ao lado da equipe de consultores e técnicos do Jurídico, o representante da entidade municipalista tem articulado nas pautas prioritárias.



"A parceria entre a Procuradoria Geral de Saporanga e a CNM foi importante para dar voz aos Municípios que não se encontravam representados. Assim, nosso Município substabeleceu o dr. Paulo Antônio Caliendo, que fez uma excelente sustentação oral por Saporanga, mas em benefício de mais de 5.000 Municípios congregados. É importante a união de esforços em causas de interesse coletivo."

Prefeita de Saporanga (RS), Corinha Molling, sobre ação ingressada no Tribunal Regional Federal do Estado



JUSTIÇA AOS MUNICÍPIOS



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

CONQUISTA: No dia 25 de outubro, o TRF4 acatou entendimento da CNM, apresentado na primeira sessão pelo consultor jurídico Paulo Caliendo em nome do Município de Sapiranga (RS) e do movimento municipalista. A entidade questionava interpretação da Receita Federal sobre a partilha dos recursos do IRRF em pagamentos realizados pela prestação de serviços por pessoas físicas ou jurídicas. Até então, segundo Instrução Normativa (IN) 1.599/2015 da Receita, os Municípios eram obrigados a transferir à União as retenções, o que provocava perda de receita. O julgamento terá repercussão nacional já que, por decisão da ex-presidente do STF Cármen Lúcia, a Corte aguardava posição do TRF4 para abrangência em todo o país.

Fundo de Participação dos Estados (FPE)

AÇÃO: A equipe jurídica da CNM pediu para ser habilitada como *amicus curiae* de duas ações (n. 3.150 e 1.151) propostas por 11 Estados e o Distrito Federal, que alegam que a União se recusa a compartilhar o acesso aos sistemas informatizados do FPE. Os Entes ainda afirmam que não estão sendo reclassificadas receitas oriundas de parcelamentos especiais nos quatro meses após a arrecadação, o que tem inviabilizado o controle da base de cálculo do Fundo.

ANDAMENTO: Por reconhecer que há um impacto negativo nas repartições do FPE e que Estados e Municípios têm direito de fiscalizar e controlar as receitas, a CNM protocolou, em 10 de outubro, um pedido para contribuir com as ações e participar do Grupo de Trabalho criado para tratar da questão.

ISS planos de saúde

AÇÃO: Também como *amicus curiae*, a CNM pretende atuar diretamente na ADI 5.835 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 499 (ADPF). As ações questionam se a Lei Complementar 116/2003 ofende preceitos constitucionais ao alterar a competência tributária para recolhimento do ISS dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual, convênios e outros planos de saúde. Isso porque o movimento municipalista defende que a tributação desses serviços seja recolhida para o Município onde estiver o tomador e não a sede da empresa, como acontece atualmente, concentrando receitas.

ANDAMENTO: Desde março deste ano, representantes do setor empresarial de planos de saúde, que têm posicionamento contrário ao da CNM, ingressam com pedidos para acompanhar e contribuir com as ações. A entidade acompanha definição das relatorias, que estão com a ADPF e a ADI desde setembro e outubro, respectivamente.



Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

AÇÃO: O pedido da entidade para figurar como *amicus curiae* no Recurso Extraordinário (RE) n. 705423 é para reforçar questionamentos sobre a exclusão do valor correspondente às desonerações concedidas por leis federais ao Imposto de Renda (IR) e ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) do cálculo do FPM. Para os Municípios, as reduções nominais e reais são uma afronta aos critérios de partilha tributária prevista na Constituição. A União decide pela desoneração e a administração local é quem “paga a conta”.

ANDAMENTO: O recurso, ingressado em 2016, teve baixa em fevereiro deste ano e, em maio, o processo foi recebido na origem.

ISS bancos

AÇÃO: A Confederação tem acompanhado como *amicus curiae* o RE n. 651703, interposto pelo Hospital Marechal Cândido Rondon LTDA. A organização defende que a principal atividade das empresas de seguro é “dar”, e não “fazer”, o que afastaria a incidência do ISS. Para os Entes municipais, a atividade está elencada em Lei Complementar Federal e Lei do Município e, portanto, a entidade fazendária municipal tem respaldo legal para efetuar a cobrança do Imposto.

ANDAMENTO: O relator recebeu o RE em outubro, e o julgamento está marcado para 7 de novembro.

Institucional

Cinco Regiões recebem Realidade Municipal

Gestor municipal, você saberia informar precisamente o custo do Município com programas e ações conveniadas com as outras esferas, estadual e federal, além das ações que os Municípios executam, mas não são de sua competência? Para fazer esse levantamento, a Confederação Nacional de Municípios faz uma imersão por Municípios das cinco regiões do Brasil.

Uma delas foi Sinop (MT). A equipe de téc-

nicos da Confederação esteve reunida com as principais secretarias municipais: saúde, educação e assistência social. O projeto Realidade Municipal também já percorreu os Municípios de Monteiro Lobato (SP), Itacaré (BA) e Santa Cruz do Sul (RS). Iniciado em 2010, o programa está na terceira fase de implementação.

Em paralelo à visita aos Municípios, a CNM deixa disponível para todas as prefeituras o sistema com os números referentes à gestão. Caso

o gestor municipal ainda não tenha as informações, basta gerar uma senha no *site* da CNM e preencher os formulários dos programas reunidos no sistema.

A entidade lembra que, quanto mais completo e preciso o preenchimento, mais útil será o relatório automatizado fornecido para a prefeitura. A partir desse retrato do custo dos programas, o prefeito e sua equipe terão informações mais qualificadas para orientar a gestão.



BA
Itacaré



SP
Monteiro Lobato



RS
Santa Cruz do Sul

Institucional

Pautas municipalistas são detalhadas em Santa Catarina

As principais demandas do movimento municipalista que têm possibilidade de avanço até o final deste ano no Executivo e no Legislativo foram apresentadas aos prefeitos de Santa Catarina que participaram da Assembleia-geral da Federação Catarinense de Municípios (Fecam). O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, esteve no encontro para detalhar as reivindicações e reforçar a importância da participação dos gestores na aprovação dessas matérias.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê repasse adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em setembro, a Medida Provisória (MP) que prevê a criação de um grupo de tra-



balho para realizar o Encontro de Contas previdenciário e pautas que aguardam apreciação no Judiciário foram consideradas como prioridade neste ano pelo presidente da CNM.

“A apreciação pelo Supremo Tribunal Federal para a distribuição mais igualitária de royalties de petróleo e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) são matérias que queremos que sejam decididas o mais rápido possível porque isso faz justiça tributária e vai beneficiar a grande maioria dos Municípios do país”, reforçou o presidente no evento.



 **Turismo**

Turismo Sustentável em Desenvolvimento e o Patrimônio Natural é tema de evento

De olho na importância do turismo sustentável e desenvolvimento, Manaus (AM) vai receber o 5º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial – Turismo Sustentável em Desenvolvimento e o Patrimônio Natural.

O evento será de 22 a 24 de novembro. A realização é da Confederação e parceiros, e os interessados já podem fazer inscrição *on-line* para participar da programação, que inclui palestras, debates e visitas técnicas na região manauara.

Os participantes poderão acompanhar uma mesa sobre projeto de lei para implementação da Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, com caso municipal de sucesso. O primeiro dia de evento também reserva um espaço para debates sobre o Turismo e o Patrimônio Cultural e Natural; Lançamen-

to do Projeto Rota Internacional Amazônia: Mundo Natural; e Experiências Gastronômicas da Região.

Já no segundo dia, as diversas atividades contam com reunião do Grupo de Trabalho dos Prefeitos das Cidades Patrimônio Mundial e equipe técnica dos órgãos governamentais presentes. Ainda estão previstas palestras sobre sustentabilidade, turismo, empreendedorismo e casos de sucesso. Também deve ocorrer uma mesa sobre a importância da cadeia produtiva e da qualificação da gestão para o desenvolvimento dos destinos turísticos sustentáveis.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, recomenda a participação dos gestores dos Municípios que são ou que têm Patrimônio Histórico, Turístico e Mundial. Ele reforça que o evento representa uma oportunidade de os municipalistas

compartilharem conhecimento, além de impulsionar iniciativas que venham a contribuir para a organização e o desenvolvimento das políticas locais voltadas ao patrimônio.

O encontro terá a participação da Organização Brasileira das Cidades Patrimônio Mundial (OCBPM), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) do Brasil, do Ministério do Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). O evento terá apoio institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF).

Conheça mais sobre as cidades históricas brasileiras em <http://cidadeshistoricas.cnm.org.br>.

Apoio Institucional

SEBRAE

Patrocínio

CAIXA

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Planejamento na implementação dos ODS

O Município de Manauquiri (AM) é um dos Municípios brasileiros que implementou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas no planejamento municipal e nas ações de diferentes áreas. Por isso, o prefeito Jair Souto participou da Semana Europeia de Regiões e Cidades, em Bruxelas, na Bélgica.

Representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM) no evento, o prefeito de Manauquiri, que também é 1º tesoureiro da entidade, aproveitou a oportunidade para se inteirar das experiências e dificuldades encontradas por

gestores da Europa e do Brasil na implementação dos ODS.

“A nossa missão neste evento nos traz realmente a certeza de que no Brasil, com tantas adversidades, precisamos cada vez mais trocar experiências e buscar no mundo a visão de que é possível melhorar a qualidade de vida dos brasileiros”, destacou Jair Souto.

Durante a semana, o gestor teve participação em mesas de debate e foi responsável pela condução de alguns temas. “Os problemas são os mesmos, a descentralização orçamentá-

ria e econômica acontece, talvez não na mesma proporção, mas muito próxima. Buscar práticas administrativas, transparência, efetividade para elaborar e executar bons projetos a partir de um planejamento estratégico com missão, visão e valores”, defendeu.

Na oportunidade, ainda, o prefeito participou de reunião com a equipe ART do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ART Pnud), entidade com a qual a CNM possui parceria para o projeto Localizando os ODS no Brasil.

Boas Práticas

Três Lagoas (MS) vira referência ao implementar ações na Saúde

Humanização no atendimento aos pacientes, qualificação de profissionais, informatização de prontuários, investimentos em tecnologia e uso racional de equipamentos. Esse conjunto de ações associado ao planejamento foi preponderante para a cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, ficar entre os Municípios mais bem avaliados no *ranking* nacional de desenvolvimento em Saúde e ser considerada referência no atendimento à população.

Antes de implementar as iniciativas, a prefeitura e a Secretaria de Saúde municipal identificaram os gargalos da gestão da Saúde por meio de um levantamento. A partir desses resultados, houve a definição das ações que seriam adotadas na cidade. “Trabalhamos com prioridade na saúde desde o início da nossa gestão. Percorremos as unidades de saúde e conversamos com os serviços para tentar resolver o que fosse possível e com a máxima agilidade”, destacou o prefeito de Três Lagoas, Angelo Guerreiro. “Foi realizado um diagnóstico situacional para identificação de problemas e planejamento de propostas de intervenção. Um dos problemas identificados foi a fragmentação na atenção à saúde pela desorganização dos serviços e dos fluxos de encaminhamentos além da atenção de média e alta complexidade não atender satisfatoriamente à Atenção Básica”, complementou a secretária de Saúde, Maria Angelina.

Para ocupar a 476ª posição do país e a 5ª em Mato Grosso do Sul no ranking de desenvolvimento da Saúde, o Município de Três Lagoas trabalhou para reorganizar a atenção básica como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e remodelar a rede de saúde de média e alta complexidade. Com isso, foram desenvolvidas medidas que pudessem criar canais de integração entre a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e os demais serviços da cidade para melhor atender a seus 120 mil habitantes.

Estruturas

A melhoria das estruturas físicas e funcional no Município foi o passo inicial para colocar em prática todo o planejamento. Segundo a Secretaria de Saúde, foram realizadas a ampliação da jornada de trabalho dos servidores da Atenção Básica e investimentos em pequenos procedimentos de urgência e emergência. Outro ponto considerado como prioridade pelo Município diz respeito à utilização de equipamentos para a realização de exames.

Nesse contexto, a estratégia foi priorizar a

realização desses exames apenas para os pacientes com os casos mais graves. De acordo com a prefeitura, só essa ação ajudou a reduzir as filas e a desafogar o pronto-socorro do Hospital que atende mais 10 Municípios da região. A adoção do prontuário eletrônico com histórico dos atendimentos dos pacientes e a garantia dos retornos das consultas, todos feitos na própria Unidade Básica de Saúde (UBS), também contribuíram para viabilizar a eficiência e a melhoria da gestão da saúde no Município.

Além disso, a cidade resolveu investir para conscientizar a população em relação à importância de adotar ações preventivas para evitar várias doenças.

Humanização

Um bom atendimento passa necessariamente pela necessidade de ouvir o paciente. Ação simples que muitas vezes a falta dela é motivo de queixa da população nos hospitais e nas UBS. Com esse entendimento consolidado, a cidade de Três Lagoas investiu em capacitações dos servidores de Saúde para que as consultas fossem mais humanizadas.

“Sabíamos que os desafios seriam muitos e, às vezes, mais lentos de serem resolvidos. Para isso, implantamos um trabalho de humanização, com profissionais capacitados para lidar com problemas que podem ser sanados de



forma prática e rápida, com uma conversa, por exemplo. As conquistas até agora se devem ao trabalho de todos os servidores da saúde municipal, pois eles são dedicados e entenderam o nosso projeto”, ressaltou o prefeito.

A ação trouxe resultados. Além de contribuir para um diagnóstico mais eficiente nos atendimentos, a iniciativa tem sido elogiada pela população. “A humanização é essencial para a melhoria do acolhimento e assistência ao usuário na unidade de saúde”, defendeu a secretária de saúde.



Na mídia

CNM mostra prejuízos com desastres, perda de leitos e concentração da Lei Rouanet

Desastres naturais causaram prejuízos de R\$ 244,9 bilhões aos cofres públicos, nos últimos 16 anos; em dez anos, o Brasil perdeu mais de 23 mil leitos hospitalares; e quase 80% do total de recursos captados via incentivo fiscal da Lei Rouanet em todo o país, entre 1993 a 2018, ficou na região Sudeste. Todos esses dados foram divulgados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), por meio de estudos técnicos, e ganharam destaque em grandes e pequenos jornais. Outro mapeamento importante, também publicado nos últimos dias, mostrou que mais de 75% dos Municípios não receberam repasse de doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança.

Esses estudos estão disponíveis no site da CNM, na aba biblioteca. Em relação aos desastres, o governo federal reconhece uma média de 2 mil decretos de Situação de Emergência (SE)

e/ou de Estado de Calamidade Pública (ECP). De 2003 ao primeiro semestre de 2018, foram 32.121 desastres reconhecidos; e 53,6 milhões de pessoas afetadas, o que representa 25% da população brasileira. Muitos Municípios têm decretos recorrentes e sequenciais, em quase todos os anos do período analisado. Os 30 Municípios com mais desastres reconhecidos são do Nordeste, principalmente do Ceará.

“Os leitos públicos reduziram drasticamente; passaram de 460.656 para 437.565 na última década. Hoje, nenhuma região atinge a quantidade recomendada pelo Ministério da

Saúde”, explicou o presidente da CNM, Glademir Aroldi. Enquanto os leitos da rede pública têm apresentado redução, os da rede privada aumentaram em 18,3 mil unidades. Por especialidade, os mais afetados foram: os leitos denominados outras especialidades, pediátricos e obstétricos apresentaram redução mais acentuada ao lon-

go do período analisado, com -24,73%, -22,32% e -13,81%, respectivamente.

Lei Rouanet. Segundo os dados que mostram a concentração dos recursos captados, só entre 2016 e 2018, 68,14% desses recursos foram para o Rio de Janeiro e São Paulo. Só os dois Estados receberam 22% e 46%, respectivamente, do total captado no ano passado. O mapeamento mostra um cenário ainda mais grave: o montante captado pela região Norte, por meio do mecanismo de incentivo fiscal, nos últimos 24 anos, equivale ao que foi investido na região Sul apenas em 2017. Ano passado, o Sudeste concentrou 78,85% do valor captado.

Em campanha para incentivar os gestores a buscarem recursos financeiros de doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), a CNM mostrou que 75% dos Municípios não receberam doações destinadas a esses Fundos, compostos por doações de até 3% do Imposto de Renda (IR) devido de pessoas físicas.



Rede Municipalista

Última mobilização do ano ocorre em Brasília

Os Municípios filiados à CNM são protagonistas do federalismo brasileiro. E a força dessa união, mais uma vez, será demonstrada com nova mobilização em Brasília. A agenda vai ter início às 14 horas, na sede da Confederação Nacional de Municípios, no dia 19 de novembro. O objetivo é reforçar a pauta municipalistas por novas conquistas e fazer um balanço dos avanços da gestão do presidente da República, Michel Temer, pelo diálogo municipalista que resultou na entrega positiva das pautas propostas pela CNM para a melhoria do municipalismo.

A mobilização continua no dia 20. No período da manhã, a ação será no Supremo Tribunal Federal (STF). A CNM vai fazer a entrega de mais de cem mil assinaturas que solicitam ao presidente da corte, ministro Dias Toffoli, que ponha em votação a matéria dos *royalties* do petróleo (ADI 4.917/2013).

A segunda agenda do dia será no Congresso Nacional. O foco é a pauta municipalista. A ideia é que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, pautar matérias de interesse do movimento municipalista.



Conexões entre Municípios fortalecem gestões locais

Melhorar a gestão municipal, estabelecendo o diálogo e buscando conexões com outros Municípios. Esse é o objetivo da campanha Conexões Municipais da CNM. A excelência da gestão de qualidade perpassa pela troca de experiências e boas práticas. Essas conexões podem se dar por afinidades regionais, culturais, econômicas, sociais e até políticas. Mas o que realmente importa é vencer os desafios para melhorar a vida dos munícipes.

O projeto prevê visitas aos Municípios das cinco regiões do Brasil em uma grande integração nacional intermunicipal. Para o presidente da CNM, Glademir Aroldi, a participação dos gestores, em especial dos prefeitos e vice-prefeitos, é essencial. “Vamos discutir a nossa pauta no Congresso Nacional, junto à União, às instituições federais, fazendo uma troca de informações. Uma relação que nós entendemos ser da maior importância”, defende Aroldi.

A participação no Conexões Municipais é gratuita. Para fazer a inscrição e ter acesso a mais informações como programação e calendário, basta acessar o portal www.cnm.org.br.





XXII de 8 a 11 de abril de 2019

MARCHA

A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

#EuSouaMarcha

www.marcha.CNM.org.br